

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.958 - RS (2020/0258225-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
PROCURADOR : DALMARIA NESSI RICALDI E OUTRO(S) - RS071318
AGRAVADO : ENEDINA DORNELLES COHEN - SUCESSÃO
ADVOGADOS : GEÓRGIA PONTES LEÃO - RS052773
GISLAINE NUNES FAGUNDES - RS058864

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO DIREITO TRIBUTÁRIO
EXECUÇÃO FISCAL EXCEÇÃO DE
PRÉ-EXECUTIVIDADE IPTU FALECIMENTO ANTERIOR
AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO REDIRECIONAMENTO
CONTRA O ESPÓLIO E OU SUCESSÃO
IMPOSSIBILIDADE O REDIRECIONAMENTO DA
EXECUÇÃO FISCAL CONTRA O ESPÓLIO E OU
SUCESSÃO SOMENTE É POSSÍVEL QUANDO O
FALECIMENTO DA PARTE EXECUTADA OCORRER
DEPOIS DE TER SIDO CITADA NOS AUTOS DA
EXECUÇÃO FISCAL POSIÇÃO DESTE ÓRGÃO
FRACIONÁRIO PRECEDENTES DO STJ SENDO ASSIM
EM QUE PESE TENHA HAVIDO A CONSTITUIÇÃO DE
PARTE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ANTERIORMENTE
AO FALECIMENTO DO EXECUTADO O AJUIZAMENTO
DA AÇÃO OCORREU EM MOMENTO POSTERIOR AO
ÓBITO O QUE MACULA CDA E IMPOSSIBILITA O
REDIRECIONAMENTO EM DESFAVOR DO ESPÓLIO E
OU SUCESSÃO REFORMA DA SENTENÇA
ACOLHIMENTO DA EXCEÇÃO DE
PRÉ-EXECUTIVIDADE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS EM
PROL DO EXCIPIENTE RESTANDO ISENTO O ENTE
PÚBLICO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS NA FORMA
DO ART 5 DA LEI N 146342014 AGRAVO DE
INSTRUMENTO PROVIDO UNÂNIME.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação do art. 507 do CPC, no que concerne à impossibilidade de rediscussão de matéria já apreciada anteriormente, sobre a qual operou-se a preclusão, trazendo o(s)

seguinte(s) argumento(s):

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, deu provimento ao Agravo de Instrumento interposto pelo executado, sob o fundamento de impossibilidade de redirecionamento da execução fiscal quando o falecimento for anterior ao ajuizamento.

Ocorre que, não se está a questionar o direito ao redirecionamento quando o óbito for anterior ao ajuizamento. O questionamento aqui diz respeito a rediscussão de uma matéria já apreciada anteriormente, na qual operou-se a preclusão, conforme documento anexo, já referido e juntado aos autos.

O Juíz a quo redirecionou a execução ao espólio quanto aos créditos referentes aos exercícios de 2010 a 2012, extinguindo a ação somente em relação ao exercício de 2013, decisão que transitou em julgado. Não podendo agora, ser objeto de nova apreciação (fls. 345/346).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Com efeito, embora o município embargante sustente que a matéria estaria preclusa, pois já havia sido apreciada em 2017, verifica-se que a decisão de fls. 132/133 por ele referida restou revogada pela decisão de fls. 183/184, uma vez o Juiz de Direito Alex Gonzalez Custódio determinou que o objeto da execução fiscal fosse todo período (2010 a 2013), ou seja, incluiu os exercícios anteriores ao óbito da executada, os quais já haviam sido excluídos.

Desse modo, reformada a última decisão do juízo de origem em sede de agravo de instrumento, não há se falar em preclusão da matéria.

De qualquer sorte, o fato de falecimento do executado anteriormente ao ajuizamento da ação afasta a possibilidade de redirecionamento (fl. 327).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na

Superior Tribunal de Justiça

linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente